O empresariado e a questão social: apontamentos para a interpretação de um novo associativismo empresarial no Brasil*

Pedro Jaime**

Interesse é "estar em", participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos.

(Bourdieu, 1996:139)

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. Breve panorama histórico do associativismo empresarial no Brasil; 3. A construção da identidade do empresariado entre 1930 e 1945; 4. O período democrático de 1945 a 1964: a consolidação da identidade; 5. De 1964 a 1985: a participação do empresariado nos governos militares; 6. O empresariado e a abertura democrática: entre a nostalgia e a incerteza; 7. O empresariado nos anos 1990: a emergência de novas entidades representativas; 8. O PNBE e a conscientização política do empresariado; 9. A questão social e um novo associativismo empresarial no Brasil; 10. Terceiro setor e investimento social privado: o surgimento do Gife; 11. Ética e responsabilidade social empresarial: o Instituto Ethos; 12. Considerações finais.

SUMMARY: 1. Introduction; 2. Outlook on the history of business associativism in Brazil; 3. Construction of the entrepreneurial identity between 1930 and 1945; 4. The 1945-1964 democratic period: identity consolidation; 5. From 1964 to 1985: the entrepreneurs' participation in the military governments; 6. Entrepre-

* Artigo recebido em mar. e aceito em ago. 2005.

** Doutorando e mestre em antropologia social pela Unicamp. Professor-pesquisador da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Endereço: Rua Girassol, 488, ap. 103 — Vila Madelena — CEP 05433-001, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: pedrojaime@uol.com.br.

neurs and democratization: between nostalgia and uncertainty; 7. Entrepreneurs in the 90s: the emergence of new representative organizations; 8. PNBE and entrepreneurial political conscientiousness; 9. The social issue and a new business associativism in Brazil; 10. Third sector and private social investment: the emergence of Gife; 11. Ethics and business social responsibility: Ethos Institute; 12. Final remarks.

PALAVRAS-CHAVE: associativismo empresarial; terceiro setor; responsabilidade social empresarial.

KEY WORDS: business associativism; third sector; business social responsibility.

Este artigo empreende uma reflexão sobre as relações entre o empresariado e a questão social, contribuindo com alguns apontamentos para a interpretação de um novo associativismo empresarial que surge no Brasil a partir dos anos 1990. O ponto de partida da reflexão é a seguinte pergunta: que fatores levaram o empresariado brasileiro a buscar uma inserção no campo da ação social? Buscando dialogar com essa questão, o texto adota uma abordagem diacrônica. A reconstrução histórica do associativismo empresarial no país fornece elementos para que se possa problematizar a relação entre valores e interesses. Questiona-se assim em que contexto sócio-histórico determinados valores passaram a interessar ao empresariado nacional.

Entrepreneurs and the social issue: remarks for the interpretation of a new business associativism in Brazil

This article reflects on the relationship between entrepreneurs and the social issue, bringing about a few remarks for the interpretation of a new business associativism that has emerged in Brazil since the 90s. The starting-point is the following question: which factors led Brazilian entrepreneurs to search for an insertion in the field of social action? Trying deal with this question, the text adopts a diachronic approach. The reconstruction of the history of business associativism in Brazil provides elements to question the relationship between values and interests. The article thus discusses the social-historic context in which certain values began to interest Brazilian entrepreneurs.

1. Introdução

Em 2002, os cientistas políticos Zairo Cheibub, da Universidade Federal Fluminense, e Richard Locke, do MIT-EUA, assinaram um artigo sugestivamente intitulado: "Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas". No texto, os autores afirmam que "a responsabilidade social é do interesse estratégico das empresas e que este é o melhor, e talvez o único, bom fundamento para que elas promovam tais atividades" (Cheibub e Locke, 2002:280).

Recentemente, os cientistas sociais Eli Diniz e Renato Boschi, professores do IFCS/UFRJ e do Iuperj respectivamente, escreveram um artigo no qual apresentam os resultados de uma pesquisa sobre a reconfiguração do setor privado brasileiro nos anos 1990. No texto, os professores, autores de uma extensa produção acadêmica sobre elites econômicas, analisam o associativismo e a trajetória política do empresariado no Brasil. Eles ressaltam que historicamente em nosso país "a classe empresarial (...) notabilizou-se pela ausência de posições ideológicas definidas, revelando um comportamento marcadamente pragmático" (Diniz e Boschi, 2004:56-57).

O líder empresarial Oded Grajew (1998:26 e 28), um dos fundadores do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e então presidente da fundação da Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos (Abrinq), foi taxativo: "Não tenho ilusões. A lógica empresarial é o lucro e não a solidariedade. Mas de repente há a percepção de que o lucro depende de posturas mais éticas e solidárias. (...) As empresas se interessaram em ser socialmente responsáveis. Porque dá mais lucro".

Confrontando com a afirmação de Boschi e Diniz, bem como a reflexão de Grajew, podemos relativizar o ponto de partida do artigo de Cheibub e Locke. Em vez de lançarmos a pergunta: "valores ou interesses?", talvez devêssemos problematizar a relação entre valores *e* interesses, investigando em que contexto sócio-histórico determinados valores passam a interessar ao empresariado. Esta é justamente a via que pretendo seguir neste artigo. Proponho uma apreciação da ação social das empresas a partir de apontamentos sobre o associativismo empresarial no Brasil. Nesse sentido, buscarei dialogar com a seguinte questão: que fatores levaram o empresariado brasileiro a buscar uma inserção no campo da ação social? Antes de pensá-la mais detidamente, cabe, entretanto, traçar um breve panorama do associativismo empresarial no país.

2. Breve panorama histórico do associativismo empresarial no Brasil

Os estudos sobre empresariado no Brasil remontam aos textos clássicos escritos por Fernando Henrique Cardoso e Luciano Martins. A despeito das abordagens distintas, evidencia-se nas análises empreendidas por esses autores uma visão da elite empresarial como uma classe marcada por certa debilidade no que se refere à defesa de seus interesses e à assunção de um protagonismo no processo de formação do capitalismo brasileiro. Eles apontaram para a descaracterização do empresariado como ator político. Esse grupo não teria demarcado a sua autonomia frente ao Estado (Cardoso, 1964; Martins, 1968).

Tal visão foi reavaliada, entre outros, por Diniz e Boschi, que a consideram uma simplificação do real papel político desempenhado por este ator, na medida em que perde de vista a complexidade das conexões entre a rede dos interesses privados

e o aparato governamental. O empresariado é visto por eles como participante ativo dos acontecimentos, sujeito de suas escolhas e de suas ações. Esses autores possuem uma extensa produção acadêmica sobre as elites empresariais brasileiras, tendo centrado suas investigações, sobretudo, na trajetória do empresariado industrial, ainda que enfocando também representantes de outros setores da economia. Tal produção é caracterizada pela marcante consistência teórica e empírica das análises, bem como pela abrangência histórica.

A partir da reconstrução da formação do empresariado industrial no chamado Estado getulista (1930-45), realizada por Diniz (1978), os autores, que já haviam desenvolvido pesquisas conjuntas em 1975/76 (Diniz e Boschi, 1978), deram continuidade à análise das elites empresariais brasileiras. Eles observaram o comportamento desse ator em relação às questões econômicas, sociais e políticas em diferentes contextos sócio-históricos, como o período democrático de 1945 a 1964, o regime militar, a Nova República, chegando até os anos 1990.

Procurarei pinçar na obra deles os elementos que permitam reconstituir o panorama histórico do associativismo empresarial no Brasil. Minha leitura estará atenta, sobretudo, para a presença da questão social no discurso das elites empresariais brasileiras. Dessa forma, buscarei escrever os primeiros apontamentos para uma interpretação das novas associações de empresas que surgiram no Brasil na segunda metade dos anos 1990 e que representam a inserção desse grupo no campo da ação social.

3. A construção da identidade do empresariado entre 1930 e 1945

No período anterior aos anos 1930, a atividade empresarial no Brasil era ainda bastante incipiente. A economia do país configurava-se em uma estrutura agroexportadora e a indústria existente era inexpressiva. Nesse momento, as entidades empresariais que possuíam algum destaque reuniam a burguesia rural e comercial. Este era o caso da Liga Agrícola do Estado de São Paulo e das associações comerciais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Esta última, que nascera em 1894, absorvera em 1917 o Centro do Comércio e da Indústria do Estado de São Paulo. Quanto ao setor industrial, Diniz (1978) e Boschi (1979) apontam a criação, em 1904, do Centro Industrial do Brasil, a partir da fusão de organizações menores, o Centro de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que representavam interesses específicos.

Nesse momento, o poderio econômico do empresariado industrial ainda era pequeno e sua força política reduzida. Na verdade, ele estava apenas iniciando a construção da sua identidade social, em um processo que envolveu o estabelecimento de relações com os demais grupos privados locais, aí incluídos os proprietários ru-

rais e os grandes comerciantes. Os grupos econômicos estrangeiros e o Estado também tiveram uma importância significativa na construção dessa identidade.

A burguesia industrial estabeleceu então alianças que lhe permitissem alcançar uma posição privilegiada na cena política e econômica (Diniz, 1978). Por isso, tanto Diniz quanto Boschi rejeitam as análises que apontam que os industriais não configuravam um ator político. Esses sujeitos sociais estavam conscientes da sua fragilidade e buscavam estabelecer uma coalizão de forças a fim de alcançar uma posição privilegiada em relação aos outros grupos dominantes. Essa estratégia está longe de representar a sua inexistência como ator político, ressaltam Diniz (1978) e Boschi (1979).

Diniz (1978) lembra, inclusive, que esse esquema de alianças não se faria sem resistência por parte dos grupos econômicos então hegemônicos. A implantação do capitalismo industrial correspondia a uma certa ruptura com o marco institucional vigente, introduzindo um fator de tensão nas relações entre as forças sociais em confronto. A concretização dos interesses desse setor implicava modificações significativas no acordo até então firmado entre as elites quanto à alocação dos recursos e distribuição dos benefícios. Dessa forma, sua incorporação como parceiro legítimo foi sendo conquistada progressivamente, à medida que se afirmava como classe. Ou seja, longe de apresentar sinais de total passividade, o empresariado industrial assumiu um comportamento ativo e questionador de certos valores básicos que estruturavam a sociedade brasileira. A aliança que estabelecia era tática, isto é, contornava os conflitos que se impunham à sua expansão em função do reconheci-mento da supremacia, naquele momento, dos interesses da grande agricultura de exportação. Adiava-se o confronto com vistas a alcançar objetivos mais imediatos. Entretanto, a situação iria se modificar gradualmente. Os embates se tornariam mais sistemáticos e mais profundos e os industriais estabeleceriam sua autonomia em face dos demais participantes do esquema de alianças no qual se integrara.

Dentro do feixe de relações de aliança estabelecidas nesse período pelo empresariado para a consecução dos seus objetivos, podemos destacar a aproximação com o pensamento autoritário formulado por intelectuais como Azevedo Amaral, Oliveira Viana e Francisco Campos, que influenciaram o comportamento das elites políticas. Tais intelectuais apontavam que, no Brasil, o modelo político liberal teria conduzido à hegemonia das oligarquias, sendo necessário uma mudança que possibilitasse a emergência da ordem privada burguesa em contraposição ao sistema oligárquico. A crítica não visava negar o sistema capitalista, mas propiciar a sua expansão, uma vez que o regime da propriedade privada, longe de ser questionado, era considerado princípio básico da estrutura econômica. A livre-iniciativa garantiria o progresso e o desenvolvimento, cabendo ao Estado a intervenção no papel de regulador (Diniz, 1978).

O pensamento autoritário então formulado por esses autores ia ao encontro dos interesses do empresariado industrial nascente, uma vez que denunciava a ine-

ficiência de um sistema econômico baseado unicamente no setor agroexportador. A mentalidade limitada da aristocracia rural era contraposta, no pensamento autoritário, ao espírito universalista e empreendedor da elite industrial. Daí resultava a proposição de que, para superar o atraso econômico do país, seria preciso criar um novo tipo de Estado, forte e intervencionista, capaz de garantir os interesses gerais da nação, assumindo um papel protagônico no seu processo de industrialização. Caberia também ao Estado garantir a soberania nacional, resguardando os assuntos internos da interferência das potências estrangeiras e dos interesses de grupos externos (Diniz, 1978).

Essa posição nacionalista não negaria sumariamente a participação do capital estrangeiro no processo de industrialização brasileiro. Os recursos técnicos e financeiros dos países desenvolvidos eram considerados importantes para a superação do atraso das nações agroexportadoras, desde que contribuíssem para o fortalecimento da indústria nacional. Esse pensamento caía como uma luva para o empresariado industrial, uma vez que o aproximava do Estado, reforçava sua importância no desenvolvimento econômico e garantia uma relação adequada com o capital estrangeiro (Diniz, 1978).

Mesmo rejeitando a visão da burguesia industrial brasileira desse período como uma classe caudatária do Estado, Diniz (1978) não nega a sua dificuldade em formular um projeto próprio e visualizar o papel relevante que lhe pertencia no processo de implantação de um novo estilo de crescimento econômico. Como limitações em termos de organização e de maturidade ideológica, aponta a falta de uma linha de atuação mais precisa, a articulação reduzida até mesmo dos representantes mais expressivos, entre os quais destacava-se Roberto Simonsen, principal ideólogo da classe nesse período, e a omissão de parte significativa dos empresários do setor, o que evidenciava um certo distanciamento entre a cúpula e a base, expresso por uma capacidade restrita de mobilização. Ela ressalta que até meados da década de 1920 o principal porta-voz dos interesses dos homens de negócios paulistas era a Associação Comercial de São Paulo, uma das mais importantes do país. Esse quadro só se modificaria no final da década, com a criação em 1928 do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), resultante de uma cisão no âmbito da associação comercial. O centro nascia com o fim específico de defender o interesse dos industriais, formalizando sua autonomia em relação ao grande comércio.

A superação dessas limitações só aconteceu gradualmente, entre 1930 e 1945. Ao longo desse período a burguesia industrial assumiria importância crescente na determinação de uma maior visibilidade dos interesses da indústria e na difusão de novos valores. Tais valores estavam ligados à definição da industrialização como via de independência e fortalecimento da economia nacional, vinculados estreitamente aos interesses gerais da nação (Diniz, 1978).

Desde os fins da década de 1920 que a principal preocupação das lideranças industriais era a crítica aos valores antiindustrialização então dominantes no país. Ao antagonismo entre os interesses da indústria e da nação, ressaltado pela elite agrária, os industriais contrapunham uma perfeita concordância entre os conjuntos de interesses. Defendiam que a expansão industrial levaria ao crescimento das demais atividades produtivas, inclusive a agrícola (Diniz, 1978).

O setor industrial ia, portanto, se fortalecendo politicamente ao se aproximar do Estado e evitar o choque direto com a elite rural. Contudo, o empresariado industrial possuía certas reservas com relação ao pensamento nacionalista no que se referia ao intervencionismo estatal. Este não deveria ir de encontro à defesa da iniciativa privada como fundamento da atividade econômica (Diniz, 1978).

Diniz (1978) destaca que a burguesia industrial incorporou os elementos da ideologia nacionalista que se ajustavam aos seus interesses. Assim, o setor não só advogava que a industrialização seria o elemento fundamental para o engrandecimento do país, como reivindicava a defesa do parque industrial brasileiro contra a concorrência dos produtos estrangeiros. Argumentava-se que o Brasil deveria assumir uma nova posição na divisão internacional do trabalho, superando sua condição de exportador de produtos primários e importador de manufaturados. O controle das importações, via proteção aduaneira, deveria compensar a situação de inferioridade em que o país se encontrava diante das nações que já haviam atingido um estágio de desenvolvimento industrial mais avançado. Concretamente, propunha-se a taxação dos produtos estrangeiros para os quais existisse um similar nacional, bem como a liberação da importação de matérias-primas e equipamentos necessários ao desenvolvimento industrial local. Em outros termos, demandava-se uma postura paternalista nas relações entre o Estado e o setor privado nacional, que minimizasse os custos da expansão deste último.

Essa reivindicação já havia sido encampada pelo setor industrial na primeira década do século, entre 1904 e 1908. Todavia, não obteve sucesso dado à resistência manifestada, entre outros grupos, pelo comércio importador e pelos cafeicultores. Estes últimos temiam as represálias contra o café brasileiro por parte dos países atingidos por essa política. Cerca de 30 anos mais tarde, quando já existia no país uma elite industrial com certo poder econômico, e após a realização de diversas campanhas que visavam eliminar o pensamento antiindustrialista, o cenário tornara-se favorável. A melhoria da posição política da burguesia industrial ao longo desses anos se devia, entre outros fatores, à importância crescente da atividade industrial como fonte de receita pública, bem como à absorção de mão-de-obra que o crescimento do setor manufatureiro acarretava (Diniz, 1978).

Ainda que fizesse algumas ressalvas em relação à centralização política, o fato de ter se aproximado do pensamento autoritário que então se formava conduziria o empresariado industrial a apoiar o estilo de governo que se formaria no Estado

Novo. Inicialmente, no entanto, houve uma oposição ao movimento revolucionário, em defesa da situação. Apesar da solidariedade grupal já alcançada pela burguesia industrial, sua autopercepção como grupo ainda se restringia ao campo dos interesses econômicos. Solicitava-se o apoio do Estado para que se pudesse ascender à posição já alcançada pelos setores agroexportadores. Reivindicavam-se alterações nas políticas tributária e cambial, mas sem mudanças básicas nas regras do jogo político. Não havia a intenção de subverter o poder a seu favor. Ademais, os líderes da revolução de 1930 não possuíam nenhuma proposta industrialista. Havia, ao contrário, um antiindustrialismo, ou, no melhor dos casos, um alheamento em relação à questão industrial (Diniz, 1978).

Após a vitória da revolução, os industriais mantiveram uma posição ambígua em relação ao novo governo. Estavam divididos entre a insatisfação e a desconfiança provocadas pela perda da autonomia local e o gradual alívio despertado pela moderação que caracterizava o enfrentamento da questão trabalhista pelo governo, atenuando progressivamente o temor de que prevalecesse um radicalismo na regulamentação das relações entre capital e trabalho. Mas, logo em seguida, durante os dois primeiros anos do governo provisório, o distanciamento iria se desfazendo, dada a cooptação de algumas das suas lideranças mais expressivas, como Jorge Street e Francisco de Oliveira Passos, que assumiram cargos no Departamento da Indústria do Ministério do Trabalho e no Conselho Nacional do Trabalho, respectivamente. Além disso, a repressão violenta às greves que eclodiram no Rio de Janeiro e em São Paulo no final de 1930 e início de 1931 acalmou o setor empresarial, que estava assustado com a possibilidade de expansão do movimento operário após a revolução (Diniz, 1978).

A elite industrial percebeu que havia a possibilidade de extrair da nova situação algumas vantagens para a concretização dos próprios interesses. Para tanto, aceitou a política trabalhista proposta por Getúlio Vargas, que se comprometera a garantir certos direitos aos trabalhadores urbanos. Não obstante, demarcou a sua oposição à incorporação política das classes populares e defendeu o controle do movimento operário (Diniz, 1978).

O Estado Novo inauguraria um regime de governo francamente autoritário, eliminando os órgãos de natureza política, característicos da democracia representativa, e assumindo o modelo corporativista de articulação entre Estado e sociedade civil, o que implicava uma ruptura com os valores liberais. A despeito desse rompimento com a ideologia liberal, as lideranças empresariais aderiram à nova ordem política, uma vez que nela os interesses da burguesia poderiam se expressar livremente, inserindo-se diretamente no aparelho estatal, sem a mediação da representação política e afastando a interferência de setores mais amplos da opinião pública. Naquele contexto, dado que a burguesia não era hegemônica, o regime democrático, que implicava a construção de um pacto de maior amplitude, envolvendo a participação de uma pluralidade de forças no processo eleitoral, era percebido como uma ameaça. Ou seja, o apoio que a elite

empresarial concedeu ao novo regime explica-se, em última instância, pelo fato de este proporcionar uma garantia ao seu propósito de consolidar o capitalismo industrial no país (Diniz, 1978).

Foi nesse período que surgiu a estrutura corporativa de representação dos interesses empresariais, integrada pelos sindicatos de base setorial e local, pelas federações de base estadual e pela confederação de base nacional. Ficava proibida a formação de entidades de quarto grau, como as câmaras empresariais existentes na Europa, que congregavam os setores agrícola, comercial, industrial e financeiro. Esse modelo corporativo conviveu lado a lado com uma rede de associações civis paralelas, de caráter extracorporativo. Surgidas espontaneamente, essas associações muitas vezes ocupavam as mesmas instalações dos sindicatos, sendo comum a dupla filiação das empresas e mesmo uma certa sobreposição na composição de suas diretorias. Dessa forma, ao longo do tempo iria consolidar-se no país o sistema dual de representação, vigente até os dias atuais (Diniz e Boschi, 2004).

Com essas organizações corporativas tuteladas pelo Estado, o empresariado conseguia acesso ao sistema político. As principais arenas em que se deram as articulações entre as elites empresariais e a administração pública, por meio dos técnicos, foram os conselhos econômicos criados no primeiro governo Vargas, como o Conselho Técnico de Economia e Finanças, o Conselho Federal de Comércio Exterior e o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial.

Nesse período, ao mesmo tempo em que os mecanismos de representação direta dos interesses empresariais eram ampliados e consolidados, houve uma redução da participação dos sindicatos de trabalhadores nas decisões governamentais (Diniz e Boschi, 2004). As associações civis de representação do empresariado haviam sido criadas desde os primórdios da industrialização. Elas não foram aniquiladas após o golpe de 1937 e a instauração do Estado Novo. Embora tendo de adaptar-se ao formato imposto pelo governo Vargas, os industriais conseguiram manter parte considerável da estrutura montada previamente (Diniz, 1994). No caso da organização dos trabalhadores, no entanto, a coisa foi diferente. Como bem destaca Diniz (1992), as associações operárias espontâneas criadas nas duas primeiras décadas do século XX foram destruídas nesse momento.

Para finalizar a caracterização dessa época, e tendo em vista os propósitos deste artigo, gostaria de destacar que, no processo de construção da sua identidade como grupo social, a elite empresarial formulou um discurso a fim de garantir a sua legitimidade. Tal discurso ressaltava que o aumento da produção e do consumo traria a riqueza e o engrandecimento do país, assim como o bem-estar e a tranqüilidade da população. Sinalizava ainda para a *função social da indústria*, traduzida na utilidade dos benefícios que gerava para a comunidade. Do meu ponto de vista, a *função social da indústria* representaria um protoconceito de responsabilidade social empresarial.

Todavia, cabe questionar qual o significado da função social da indústria formulada nesse momento. Nesse sentido, devemos lembrar as posições assumidas pela elite empresarial em face dos grupos subalternos. Quanto a esse aspecto, merece destaque a resistência à proposta de regulamentação do trabalho de menores, entre 1926 e 1927, bem como a reação quanto ao atendimento das reivindicações trabalhistas. A lei de férias, a redução da jornada de trabalho, o descanso semanal remunerado foram duramente combatidos. Alegava-se que tais medidas teriam um impacto sobre o custo da produção, afetando o ritmo de crescimento do país. A argumentação empreendida por Roberto Simonsen em uma conferência ministrada por ocasião das Semanas de Ação Social no Brasil, realizadas em 1940, é bastante elucidativa dessa posição do empresariado. Ele dizia que a miséria no país não decorria de problemas na distribuição das riquezas resultantes do trabalho humano, mas da insuficiência da produção, e acrescentava que a solução não residia no aumento artificial dos salários, mas no amparo e estímulo à produção (Diniz, 1978).

A despeito da retórica de apresentar-se como representante do interesse geral da nação, o empresariado não admitia a política de controle de preços, nem o levantamento dos custos dos produtos industriais, determinada pela Coordenação da Mobilização Econômica tendo em vista os protestos contra os lucros extraordinários auferidos pela indústria durante a guerra. Na verdade, não aceitava nenhuma decisão que acarretasse redução de vantagens para o grupo (Diniz, 1978). Fica, portanto, a questão: a elite empresarial desse período possuía realmente uma consciência da sua função social?

4. O período democrático de 1945 a 1964: a consolidação da identidade

O interregno democrático de 1945 a 1964 foi marcado por um crescimento econômico baseado, sobretudo, na atividade industrial. Em relação ao período anterior, há um progressivo enfraquecimento do modelo de industrialização de substituição de importações. Há uma maciça penetração do capital estrangeiro e a participação do Estado na atividade econômica não apenas como regulador, mas como agente produtivo (Boschi, 1979).

A gestão de Juscelino Kubitscheck, talvez a mais significativa desse período da perspectiva do empresariado, foi marcada por uma plataforma nacional-desenvolvimentista, que procurava corrigir os excessos da dimensão nacionalista oriunda do período Vargas, abrindo as portas para o capital estrangeiro. O desenvolvimento da indústria automobilística, com a entrada de multinacionais no país, é bem representativo dessa plataforma, tendo sido um dos pilares do Programa de Metas (Boschi, 1979).

O empresariado brasileiro olhava com cautela para a política governamental relativa ao capital estrangeiro. Eles não negavam a necessidade de atração de tais investi-

mentos, mas apontavam que era preciso definir áreas prioritárias, bem como a importância do controle estatal. Como destaca Boschi (1979), o discurso empresarial poderia ser resumido na seguinte fórmula: capital estrangeiro, mais iniciativa privada nacional, mais controle estatal dos recursos básicos, com uma ausência de competição entre os três. A participação do Estado na economia como agente produtivo deveria se dar, segundo o discurso empresarial, em apenas duas situações: onde problemas de segurança nacional estivessem envolvidos; e onde a necessidade de investimentos estivesse além da capacidade da iniciativa privada. Este ponto de vista explica o apoio dado à participação do Estado nos setores de petróleo e mineração.

Mas essa época foi marcada também pelo amadurecimento das propostas elaboradas pelo empresariado. O projeto industrializante formulado pela classe integrou a matriz ideológica do governo Kubitscheck. A elite empresarial incorporou-se à ampla coalizão de forças que deu suporte à estratégia de desenvolvimento proposta para o país, exercendo um papel ativo na montagem do modelo. Observou-se ainda o reforço da tendência verificada no período anterior de representação direta dos interesses empresariais no aparelho burocrático, pela criação dos grupos executivos. Nestes espaços os representantes da iniciativa privada tinham participação ao lado das elites técnicas (Boschi, 1979).

Diniz (1978) e Boschi (1979) destacam que esse momento democrático não afetou de forma significativa o centralismo da administração implantada por Getúlio Vargas. Preservou-se o modelo institucional do governo deposto, marcado por um Executivo forte, pelo controle do processo decisório nas mãos da burocracia e pela estreita ligação da classe empresarial com os favores do Estado. Todavia, como resultado da abertura política, ocorreu uma flexibilização da estrutura corporativa oficial de representação dos interesses empresariais, que fora criada em 1937 e que tivera seu período mais ativo entre 1945 e 1955. A partir de meados da década de 1950 a sua rigidez começou a se fazer sentir e surgiram questionamentos. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), por exemplo, era vista mais como uma arena demagógica e corrupta, do que um mecanismo legítimo de representação. Sendo assim, as lideranças industriais passaram a procurar espaços alternativos de expressão dos seus interesses. Houve então uma expansão das associações civis paralelas à estrutura corporativa, especialmente nos setores mais dinâmicos da economia. A mais expressiva dessas associações, como destaca Boschi (1979), foi a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (Abdib).

Se a abertura democrática interessava ao empresariado, sobretudo pela possibilidade de ampliação dos espaços de representação, no final dos anos 1950 e início da década de 1960 a situação começa a se alterar. Diante da instabilidade política que se criara desde a eleição e renúncia de Jânio Quadros, o empresariado teme os rumos que o país vai tomar. Assistia-se nessa época a um avanço dos movimentos sociais, tanto na zona rural quanto nas cidades. As Ligas Camponesas, a União Naci-

onal dos Estudantes, a Juventude Universitária Católica são algumas expressões desse fortalecimento. O horizonte descortinado pelo governo João Goulart não inspira confiança à elite empresarial, especialmente por estimular a mobilização das massas, inclusive a classe operária e o campesinato. Havia medo de que o Brasil pudesse divergir do bloco capitalista.

Boschi (1979) afirma que o discurso das elites empresariais nesse período ressaltava questões como a idéia de segurança nacional e a necessidade de uma posição política firme contra a subversão. Constrói-se então um alinhamento dessa elite com os militares. O apoio militar é sugerido como solução para a crise política. Boschi (1979) destaca que num ambiente de polarização da sociedade, marcado por riscos de ruptura em função dos conflitos crescentes, os empresários privilegiaram a solução autoritária, visando assegurar a estabilidade e a continuidade do processo de acumulação. Diniz (1994) afirma que o empresariado industrial teve uma participação significativa nos acontecimentos que levaram à queda do governo João Goulart. Ele integrou, ao lado dos militares e de técnicos governamentais ligados aos interesses privados, a coalizão conservadora que conduziu o movimento de destituição do presidente constitucional, tendo participado da trama conspiratória que preparou as condições para o golpe de Estado. Formou-se assim um núcleo de interesses militar-tecnocrático-empresarial, responsável pela implantação de um projeto de modernização capitalista no país.

5. De 1964 a 1985: a participação do empresariado nos governos militares

Após o golpe de 1964, o empresariado, em sua grande maioria, confirmou o apoio ao regime militar. O discurso do grupo enfatizava a necessidade de ordem e estabilidade como condições necessárias para o desempenho das atividades econômicas. Além disso, a despeito de estar articulado em entidades que não pertenciam à estrutura corporativa oficial de representação, considerava a liberdade de associação para a sociedade como um todo, potencialmente ameaçadora. O caráter fechado do processo decisório que então se implantara não é questionado. O Estado poderia continuar funcionando como campo privado das elites, desde que as classes empresariais fossem incluídas no jogo do poder. Não se reivindicava a extensão dos benefícios a outros segmentos da sociedade (Boschi, 1979).

As estreitas ligações entre o empresariado e o Estado, mesmo em seu formato autoritário, ficam ainda mais evidentes se observarmos que foi justamente no período de maior repressão à organização da sociedade civil no Brasil, que as entidades que funcionavam paralelamente à estrutura corporativa oficial de representação dos interesses empresariais mais se multiplicaram. Em um artigo no qual analisam a representação dos interesses industriais, Diniz e Boschi (1979) destacam que 7% das associações empresariais surgiram entre 1917 e 1937, 23% apareceram no período democrático,

entre 1946 e 1963, ao passo que 65% nasceram durante o regime militar, entre 1964 e 1978.

A partir de Diniz (1994), bem como de Diniz e Boschi (2004), podemos classificar a participação do empresariado no regime militar em três fases. A primeira delas, correspondente ao governo Castello Branco, deu prioridade a objetivos políticos ligados à desestruturação da ordem precedente. Desmobilização social, desmantelamento dos canais de participação popular, repressão ao meio sindical e combate às lideranças mais expressivas do regime anterior foram as principais ações orquestradas pelo governo. Nesta fase, prevaleceu uma certa ambigüidade no comportamento da elite empresarial. Embora apoiasse a ação de desmobilização social, ela se mostrava insatisfeita com certos aspectos da política ortodoxa de estabilização econômica, especialmente a contenção de crédito para o setor privado e a redução do nível geral de investimentos, que possuíam efeitos recessivos sobre a atividade industrial.

A fase seguinte, entre 1968 e 1973, conhecida como "milagre econômico brasileiro", caracterizou-se por altos índices de crescimento. O regime buscou se legitimar pelo êxito da sua política econômica. O objetivo era consolidar o desenvolvimento com um modelo conhecido como tripé, baseado na articulação entre a grande empresa nacional privada, a empresa estatal e a multinacional. O modelo despertou uma ampla adesão dos principais setores empresariais. A repressão e a intolerância eram obscurecidas pelo bom desempenho da economia e pelo aumento do prestígio do país no sistema mundial. Vivia-se um clima de euforia traduzido na idéia de Brasil grande potência ou país do futuro.

A partir de 1976, entretanto, começam a surgir insatisfações da elite empresarial com relação ao conjunto das políticas estatais. Passou-se a apontar a falta de coordenação e de integração entre os órgãos públicos e a ausência de uma ação coerente por parte do governo, o que denotava a inexistência de um projeto definido. Havia também o fato de que a expansão acelerada da produção, induzida pelo incentivo governamental, começou a apresentar dificuldades de absorção pelo mercado. Acrescente-se a isso o fechamento do processo decisório promovido no governo Geisel, que levou a uma progressiva exclusão dos empresários das instâncias estratégicas para a definição das diretrizes da política econômica. Assim, as lideranças empresariais passaram a integrar a campanha contra a estatização da economia. Tal campanha possuía motivações econômicas e políticas. Combatia-se o crescimento desmesurado do Estado sob os governos militares, o excesso de intervenção estatal, o gigantismo das empresas públicas, enfim, o afastamento em relação aos princípios do sistema capitalista, pautado no desenvolvimento da livre-iniciativa.

O descontentamento da elite empresarial se tornou mais intenso a partir de 1979, com o início de uma fase recessiva na economia brasileira. Se o aumento do poder do Estado e a concentração do processo decisório nos altos escalões burocráti-

cos foram tolerados nas fases de prosperidade econômica, a situação de crise levaria ao estremecimento da aliança firmada entre o empresariado e a elite política. Além disso, o regime militar estava sofrendo críticas de amplos setores da sociedade, que denunciavam o agravamento das distorções na distribuição de renda resultantes de um modelo econômico altamente concentrador (Diniz, 1994).

A reação do empresariado envolveu um amplo leque de entidades representativas, que, a partir de um sentimento comum de ameaça e de uma certa solidariedade de interesses, articularam uma relativa unidade. Entre tais entidades destacaram-se as associações comerciais e as federações industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro, além de associações nacionais como a Adib e representações do setor financeiro. Ganharam visibilidade nessa campanha líderes como José Mindlin, diretor da Fiesp e diretor-presidente da Metal Leve; Antônio Ermírio de Moraes, diretor-presidente do Grupo Votorantim; e Jorge Gerdau, presidente do Grupo Gerdau. A partir desse momento o tema da democracia seria crescentemente incorporado ao discurso do empresariado. As restrições à participação de grupos e organizações civis na vida política do país passaram a ser criticadas, reivindicando-se a necessidade da institucionalização de mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado. Todavia, esse discurso de apoio à democracia viria associado à defesa da economia de mercado. Democracia e livre-iniciativa, reforçavam as lideranças, seriam objetivos interdependentes (Diniz, 1994).

Não obstante as críticas endereçadas ao regime, o empresariado manteve a cautela que marca historicamente o seu comportamento político. Os sucessivos passos dados pela classe entre 1978 e 1982 revelam que os protestos se mantiveram sempre dentro de certos limites. Mesmo a sua fração mais combativa, que se incorporou ao projeto de abertura, jamais chegou a situar-se claramente no campo de oposição, procurando em diferentes oportunidades resguardar os vínculos com o esquema situacionista. Evitava assim posicionar-se como adversária do regime, colocando-se antes como aliada potencial (Diniz, 1994). Em verdade, a classe empresarial aderiu à estratégia de liberalização controlada, que havia sido formulada pela elite dirigente visando à eliminação gradual dos instrumentos autoritários do regime. Tal estratégia mantinha no âmbito do governo o controle das regras do jogo político.

Uma vez consolidada a estratégia de liberalização, com a distensão encampada por Geisel e a abertura sob o governo Figueiredo, qual seria a posição do empresariado em face da Nova República? Essa questão foi bem refletida por Diniz (1986). Ela ressalta que nesse período o empresariado evidenciou certa ambigüidade no seu posicionamento político, caracterizado pela tensão entre a nostalgia do passado e o temor do futuro.

6. O empresariado e a abertura democrática: entre a nostalgia

e a incerteza

A ampla coalizão integrada por diferentes setores da sociedade cuja unidade seria assegurada pelo objetivo comum representado pelo fim do autoritarismo e instauração de uma ordem democrática deu lugar ao aparecimento de uma diversidade de projetos. Se havia acordo quanto à eliminação do regime autoritário, o mesmo não existia em relação à sociedade que deveria ser construída. Ou seja, as diferenças colocadas em segundo plano se tornaram nítidas após a eliminação do inimigo comum. Elas surgiram em relação à direção, ao ritmo, ao conteúdo e ao alcance das mudanças a serem implementadas (Diniz, 1986). No bojo dessas discussões o empresariado revelaria sua face conservadora. A retórica progressista, assumida quando o movimento democratizante tornou-se irreversível, daria lugar a posições claramente reacionárias, sobretudo no que diz respeito à questão operária. Vejamos mais detidamente essa ambigüidade.

A instauração do primeiro governo da Nova República foi saudada com declaração de apoio por parte das principais lideranças empresariais, como Antônio Ermírio de Moraes, Jorge Gerdau, Abílio Diniz, entre outros. Eles se mostravam otimistas em relação à nova fase que se inaugurava. Apontavam que o governo poderia contar com a adesão do empresariado ao pacto social que se procurava articular a fim de viabilizar o trânsito para a nova ordem. Mas já sinalizavam também quais as diretrizes que gostariam que fossem adotadas: combate à inflação, repúdio à política recessiva e ao expansionismo estatal, retomada do crescimento econômico e apoio à iniciativa privada deveriam ser as estratégias prioritárias. Assim, as manifestações do empresariado em apoio ao pacto pautaram-se por uma atitude de extrema prudência, tornando-se cada vez mais raras à medida que a questão social foi sendo colocada na ordem do dia pelo recrudescimento do movimento operário.

A via de modernização que os governos autoritários implantaram no país agravou significativamente as disparidades na estrutura de distribuição de renda. A parcela do total de rendimentos correspondente aos 50% mais pobres da população reduziu-se de 17,4%, em 1960, para 12,6% em 1980. Já no caso dos 10% mais ricos esse percentual saltou de 39,6%, em 1960, para 50,9% em 1980 (Hasembalg e Silva segundo Diniz, 1986). Assim, a visibilidade crescente dos problemas resultantes da desigualdade social gerava a crença de que seria impossível exigir qualquer sacrifício adicional da classe trabalha-dora. Ao contrário, era previsível que as reivindicações sociais, por tanto tempo obstruídas, viessem à tona ao instaurar-se um clima de maior liberdade (Diniz, 1986).

Efetivamente nesse período surgiram demandas dos trabalhadores por reposição salarial e melhores condições de vida. Essas reivindicações partiram, sobretudo, dos metalúrgicos do ABC, que, desde o final da década de 1970, participaram da construção do chamado novo sindicalismo. Era um momento de tensão, com a eclosão de greves envolvendo um número elevado de trabalhadores. A pauta de reivindi-

cações incluía a redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais, reajustes trimestrais, aumentos salariais compatíveis com a elevação do custo de vida e estabilidade no emprego. Este último item visava evitar as demissões e perseguições aos dirigentes operários.

A análise dos balanços das montadoras revelava que as empresas fecharam o ano de 1984 com resultados positivos. Dessa forma, havia condições favoráveis para uma flexibilidade em face das demandas operárias. Porém, os dirigentes empresariais não demonstraram muito interesse em negociar. Preferiram arcar com os custos das paralisações. Buscavam pôr à prova o movimento sindical. Apostaram no ganho político que representaria o fato de os líderes operários serem obrigados a retroceder em suas reivindicações. Assim, o movimento estaria sendo golpeado justamente no seu setor mais organizado e combativo. Além disso, pressionaram as autoridades governamentais que se recusavam a permitir o repasse dos custos dos reajustes salariais para os preços dos produtos. As críticas ao governo foram feitas em nome da defesa dos valores básicos do capitalismo: a livre empresa, a liberdade de mercado, a legitimidade do lucro e o respeito à justa recompensa pelo risco de investir.

Apesar do recurso a uma tática marcadamente política no posicionamento em face das negociações salariais, o empresariado advogou a ilegitimidade das greves dos metalúrgicos do ABC, denunciando-as como políticas, uma vez que estariam atreladas ao Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980. Criticaram também a Igreja, sobretudo as Comunidades Eclesiais de Base e a pessoa de dom Paulo Evaristo Arns, sob a alegação do seu envolvimento com o movimento grevista. Solicitaram então a intervenção do governo no sentido de manter a ordem, assegurando o direito ao trabalho para os operários dispostos a retornar ao serviço.

Além dessa posição inflexível em relação às greves, o empresariado adotou uma posição conservadora quanto à autonomia dos órgãos de representação de interesses, reagindo contra a criação de uma central sindical. Se durante todo esse período a classe empresarial combateu fortemente a intervenção do Estado na economia, o mesmo não ocorria com relação à tutela deste sobre a organização sindical.

Em um contexto de disputas políticas, o empresariado se organizou para defender os seus interesses na nova Constituinte que se aproximava. Nesse sentido, explicitaram em documentos, como a carta de princípios elaborada por iniciativa da CNI, suas posições quanto ao modelo de organização social que o país deveria adotar, baseado na economia de mercado e na livre-iniciativa. Divulgaram também suas críticas à proposta governamental de reforma agrária, enfatizando seu caráter prematuro, dada a ausência de uma política agrícola, bem como a falta de clareza quanto a questões consideradas fundamentais, como a garantia de que a propriedade privada seria respeitada.

Por todas essas razões, Diniz (1986) conclui que, apesar de revelar a intenção de apoiar o governo de transição, o comportamento das elites empresariais diante dos primeiros sinais de mudança sugeria antes um apego ao passado.

Se o empresariado assumiu a bandeira do neoliberalismo, não o fez sem ressalvas. Assim, por exemplo, a demanda pelo recuo do Estado no plano da regulamentação da economia e da produção de bens industriais coexistiu com a pressão a favor da persistência da proteção estatal, via reserva de mercado e concessão de incentivos, isenções e subsídios, para amparar os setores em dificuldade ou em fase de implantação. Ou seja, havia um descompasso entre a adesão ideológica ao neoliberalismo e um comportamento pautado pela persistência das práticas corporativistas (Diniz, 1992).

Diniz (1992) destaca ainda que o período posterior à transição, ou seja, o primeiro governo da Nova República exercido por José Sarney, revelaria a reduzida sensibilidade das elites empresariais para articular alianças, transcendendo os interesses localizados e negociando propostas de teor mais abrangente. Havia a predominância de uma visão estreita e de um comportamento particularista, o que alimentava a cristalização, no seio da sociedade, de imagens negativas sobre o empresariado. Este seria crescentemente visto como ineficiente e avesso à mudança, afeito a um estilo predatório em relação aos recursos públicos e a uma atitude perdulária no relacionamento com o Estado. De certa forma, tais elementos forneceram a base para o surgimento de novas entidades de representação dos interesses empresariais na passagem dos anos 1980 para os anos 1990.

7. O empresariado nos anos 1990: a emergência de novas entidades representativas

Os anos 1990 de certa forma trouxeram um aprofundamento da visão negativa que a sociedade vinha construindo sobre o empresariado desde o primeiro governo da Nova República. A abertura da economia promovida pelo governo Collor veio acompanhada da construção de uma imagem pejorativa da empresa nacional, relacionada com características como ineficácia, acomodação, defasagem, dependência do Estado, oportunismo e defesa de interesses particulares. O próprio presidente contribuiu com a construção dessa imagem, quando comparou os carros produzidos pela indústria automotiva brasileira a carroças (Diniz e Boschi, 2004).

A abertura econômica iniciada por Collor foi efetivamente realizada no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 1999. Com o respaldo de uma ampla coalizão política de centro-direita, o presidente comandou a estabilização econômica e promoveu as chamadas reformas estruturais, aí incluídas as privatizações, a abertura comercial, a quebra dos monopólios estatais e a liberalização dos fluxos financeiros (Diniz e Boschi, 2004).

Tais reformas tiveram conseqüências drásticas para o empresariado brasileiro. Fechamento de empresas, fusões, aquisições, associações com companhias estrangeiras fizeram parte da profunda reestruturação que marcou esse período. Apesar de reve-

larem uma concordância com o modelo econômico no que diz respeito à estabilidade da moeda e a internacionalização, a elite empresarial criticou o governo, dada a forma como foi promovida a abertura. Apontava-se o impacto destrutivo sobre a indústria do país em geral e alguns setores em particular, notadamente o de autopeças, o de bens de capital e o têxtil. Alegava-se que uma abertura gradual, seletiva e programada poderia ter evitado custos tão altos para a economia, como a desnacionalização e o desemprego. Todavia, o êxito do Plano Real no combate à inflação e na criação de um novo ambiente econômico mais previsível havia se configurado como um certo consenso nacional, envolvendo o próprio empresariado, enfraquecendo o eco das manifestações críticas, desqualificadas. Além disso, o empresariado estava envolvido na luta cotidiana para garantir a própria sobrevivência, o que minava o processo de mobilização (Diniz e Boschi, 2004).

Como já afirmado, a visão negativa que nesse período se construía sobre o empresariado nacional de certa forma representou a base para o surgimento de novas entidades representativas. Na verdade, estas já vinham se formando desde o final dos anos 1980. Diniz e Boschi (1993) destacam que, se por um lado esse movimento não pode ser lido como refletindo a formação de um novo empresariado, por outro, houve um processo de renovação de lideranças. Como exemplo de novas associações empresariais os autores citam os institutos liberais, especialmente os do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Sul; o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Empresarial (Iedi) e o PNBE.

No que se refere à percepção da redefinição dos rumos para o desenvolvimento econômico do país, um consenso básico é observado entre as elites empresariais das antigas e das novas organizações representativas. Trata-se da visão relativamente uniforme de que o modelo nacionalista-estatista estaria superado. Ele teria gerado distorções como o cartorialismo, a regulação excessiva, a baixa competitividade e produtividade, o atraso tecnológico e a aversão ao risco.

Para além desse ponto consensual, havia discordâncias entre as entidades. Duas das associações iriam assumir posições antagônicas: os institutos liberais e o PNBE. Ambos abrem novos canais de participação à margem da estrutura oficial e preconizam a necessidade de formulação de propostas globais que transcendam o universo das óticas setoriais (Diniz, 1992). Contudo, tais propostas são portadoras de teores bastante diferenciados.

Os institutos liberais, que foram bem analisados por Gros (1990), recuperam os princípios neoliberais preconizados por Milton Friedman e Frederick Hayek. Por essa razão, assumem um antiestatismo radical. Quanto ao PNBE, pode-se localizar nessa instituição a gênese das preocupações do empresariado com a filantropia e a responsabilidade social. Portanto, irei me ater, sobretudo, ao seu surgimento.

8. O PNBE e a conscientização política do empresariado

O PNBE surgiu em 1987, como um movimento de uma nova geração de empresários ligados a pequenas e médias empresas de vários setores da indústria paulista (Diniz e Boschi, 1993; Gomes e Guimarães, 1999). O grupo fundador estava insatisfeito com a oligarquização da Fiesp, que era sua principal entidade representativa (Gomes e Guimarães, 1999). Eles haviam conquistado a presidência de alguns sindicatos ligados à federação, buscando conferir a estes um papel político mais ativo. A partir dessa conquista, tentaram influenciar para que a Fiesp também mudasse nessa direção, mas não obtiveram sucesso, optando então por construir um movimento próprio. Entre as lideranças que participaram ativamente desse processo destacam-se Luiz Carlos Delben Leite, presidente do Sindicato da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Sindimaq); Emerson Kapaz, da Abrinq; Salo Seibel, do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças); Paulo Butori, da Associação Brasileira da Indústria de Fundição (Abifa), e outras figuras importantes dentro das associações e sindicatos, como Oded Grajew, da Abrinq (Gomes e Guimarães, 1999).

Em 1988 tais líderes iniciaram uma discussão sobre a transformação do PNBE de movimento em entidade com personalidade jurídica. Este processo foi concretizado em 1990, quando a organização assumiu uma estrutura mais formal, com papel e objetivos claramente definidos (Gomes e Guimarães, 1999).

O PNBE defendia a necessidade de construção de um novo projeto de desenvolvimento econômico para o Brasil, ressaltando que ele deveria ser fruto de um amplo debate nacional, contando com a participação da sociedade e das forças políticas, especialmente dos partidos e do Congresso (Diniz e Boschi, 1993).

A associação encampara um discurso no qual a dimensão política era destacada. Seus integrantes se percebiam como um segmento que propunha uma nova forma de pensar o papel do empresariado, sublinhando a consciência de sua responsabilidade social e o exercício da cidadania (Diniz e Boschi, 1993). O objetivo da entidade era conscientizar as elites empresariais, renovando a sua mentalidade pela difusão de novos valores. Estes estariam relacionados com a ruptura em relação às práticas tradicionais, reforçando a importância de procedimentos democráticos como a negociação para a construção de pactos e do entendimento nacional. Vale lembrar que a preocupação com a articulação de grandes acordos surgira no governo Sarney e prosseguira nos primeiros anos da presidência de Fernando Collor como maneiras possíveis de enfrentar a crise provocada pelo esgotamento do antigo modelo de industrialização. O discurso do PNBE sobre o novo projeto incluía ainda questões como justiça social, redução das desigualdades e incorporação dos setores marginalizados (Diniz e Boschi, 1993; Gomes e Guimarães, 1999).

A importância atribuída pela entidade ao papel político do empresário foi traduzida em algumas ações coletivas, como atos públicos, negociações tripartites e desenvolvimento de projetos sociais. Nesse sentido, destacam-se as negociações empreendidas em 1990 por Emerson Kapaz e Oded Grajew com Jair Meneguelli, líder da CUT, assim como a participação da entidade no Movimento pela Ética na Política, deflagrado em 1992 e que culminaria no *impeachment* do presidente Collor. Vale lembrar também a defesa da reposição salarial encampada pelo PNBE, que, contrapondo-se à posição assumida pela Fiesp, afirmava a sua importância na distribuição de renda e no fortalecimento do mercado interno (Gomes e Guimarães, 1999).

Tal postura gerou reações da Fiesp. Suas lideranças, embora reconhecessem a necessidade de modernização, defendiam que esta fosse conduzida mediante um processo de auto-reforma, e não por uma pressão exercida por novas organizações, uma vez que estas contribuíam para a divisão da classe empresarial. Assim, na gestão de Moreira Ferreira na direção da entidade, a partir de 1992, foi criado, por expressa recomendação de Mário Amato, o movimento dos jovens empresários, no âmbito do Instituto Roberto Simonsen. O movimento visava romper obstáculos e atrair representantes da nova geração de empresários para uma participação mais intensa na entidade (Diniz e Boschi, 1993; Gomes e Guimarães, 1999). Esse parece ter sido o caminho escolhido por Ricardo Semler, liderança empresarial que obteve um grande destaque nos anos 1990 e que, diferentemente daqueles que fundaram o PNBE, optou por militar na própria Fiesp.

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República, houve um certo refreamento na participação do PNBE em manifestações políticas. Na visão de um dos seus principais líderes, Emerson Kapaz, Fernando Henrique levava para o poder muito das aspirações da entidade (Gomes e Guimarães, 1999). Este não era, entretanto, um consenso, já que Oded Grajew assumiu uma visão crítica em relação ao governo, defendendo que a revitalização da associação passava pela discussão de um projeto nacional centrado na questão do emprego.

No início dos anos 1990 o PNBE assumiu a bandeira do meio ambiente, criando um grupo destinado especificamente ao combate da destruição ambiental, que estaria ligado, na visão da entidade, a uma melhor distribuição de renda. Em 1992 criou o Prêmio PNBE de Cidadania, homenageando anualmente pessoas com destacada atuação nesse campo, e, em 1994, fundou a Escola PNBE de Cidadania, com o objetivo de aprofundar o conceito de cidadão empresário.

A partir de 1996 o PNBE passou a atuar também na realização de projetos sociais. Nesse ano foi criado o Instituto PNBE de Desenvolvimento Social, que passou a encampar projetos, sobretudo nos campos da educação e da assistência social. Nessa

linha foi empreendido, em parceria com a Organização do Auxílio Fraterno (OAF), o projeto Minha Rua, Minha Casa, com o objetivo de construir centros de convivência para atender 10 mil pessoas adultas que moravam nas ruas de São Paulo, sem referências familiares. Após a construção do primeiro centro, em 1998, o projeto transformou-se em uma associação autônoma, contando com o apoio de empresas do setor privado (Gomes e Guimarães, 1999).

As lideranças que se articularam em torno do PNBE reforçavam assim uma posição de vanguarda. Advogavam que sua visão progressista estava sintonizada com as exigências de uma sociedade em mudança. Tal posição fica explícita na fala de um representante da entidade entrevistado por Diniz e Boschi, (1993:117) e transcrita abaixo.

> Existe um novo movimento empresarial com certeza. (...) O PNBE é um exemplo, e outras entidades também. (...) Se hoje você nota uma mudança nos discursos de entidades tradicionais, se deve, até, à vontade de não ficar para trás. (...) Nem imaginava que Mário Amato, Fiesp, Albano Franco, falassem certas coisas que eles falam hoje. Eu tenho certeza que é para não perder a história, para não ficar atrás dos outros, para tentar seguir o avanço de outras entidades. (...) Se não houvesse esse novo empresariado, eu duvido que essas entidades fizessem esforço até em se modernizar.

Fica evidente na fala desse empresário entrevistado algo que embasa uma conclusão de Diniz e Boschi (1993) sobre esse período. Eles ressaltam que o descontentamento com as entidades tradicionais e a criação de novas associações empresariais, apesar de possuir um caráter dispersivo, não significa necessariamente um efeito desagregador. Isto porque o confronto entre visões alternativas tenderia a pressionar no sentido da modernização das entidades tradicionais, produzindo uma certa convergência no plano valorativo. Gomes e Guimarães (1999) parecem corroborar com essa conclusão de Diniz e Boschi. Eles afirmam que a eleição de Horácio Lafer Piva para a presidência da Fiesp, em 1998, sinalizava a emergência de importantes renovações da entidade na direção buscada pelo PNBE.

Até aqui, tomando por base, sobretudo, a obra de Eli Diniz e Renato Boschi, busquei recuperar a trajetória do empresariado brasileiro. Procurei destacar as posições assumidas pelas elites empresariais, desde a construção da sua identidade como grupo social a partir dos anos 1930, com a defesa dos princípios da economia de mercado e da livre-iniciativa, até a renovação da mentalidade com a disseminação de novos valores relacionados à democracia e à justiça social.

Essa reconstrução histórica permite problematizar os discursos e práticas que estão na base de um novo associativismo empresarial surgido nos anos 1990. Estou me referindo às redes de organizações que se estruturaram em torno de temáticas como a filantropia empresarial, o investimento social empresarial, a cidadania cor-

porativa e a responsabilidade social. Estas redes estabelecem uma ruptura com o velho discurso da função social da empresa, ou ressignificam essa expressão, dando-lhe novos contornos? Que fatores levaram o empresariado a assumir esse novo discurso? Essas questões são pensadas nas próximas seções.

9. A questão social e um novo associativismo empresarial no Brasil

Analisando as novas associações de representação dos interesses empresariais surgidas no Brasil no final dos anos 1980 e referindo-se mais especificamente ao Iedi e ao PNBE, Diniz e Boschi (2004) afirmaram que essas entidades foram muito ativas por um breve período, entre 1989 e 1992, quando alcançaram uma grande visibilidade política. Todavia, afirmam ainda, elas sofreram um esvaziamento gradual, acentuado quando a primazia das diretrizes neoliberais determinou a aceleração das reformas orientadas para o mercado.

O esvaziamento da atuação do PNBE apontado por Diniz e Boschi, não significou que as elites empresariais abandonaram a discussão sobre a sua participação política na sociedade. A partir de meados dos anos 1990 novas associações empresariais viriam preencher essa lacuna. Organizadas em rede, tais associações representaram estratégias diferenciadas de inserção do empresariado no campo da ação social. Estou me referindo ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e ao Instituto Ethos de Responsabilidade Social.

10. Terceiro setor e investimento social privado: o surgimento do Gife

O Gife iniciou sua história em 1989, como grupo informal, tendo se institucionalizado em 1995, congregando empresas que atuam na área social, fundações e institutos de origem empresarial e instituições privadas criadas por indivíduos ou famílias. A associação, que conta atualmente com 63 afiliadas, foi a primeira dessa natureza na América Latina.

A entidade vem demarcando sua posição no campo da ação social a partir de conceitos como terceiro setor, filantropia empresarial e investimento social privado. Em 1994 o antropólogo Fernandes, um dos principais ideólogos brasileiros do terceiro setor, lançou conceitualmente no Brasil a expressão importada dos EUA, sobretudo da obra de Salomon (1998), que considera o terceiro setor a revolução associativa global. A identidade do terceiro setor seria construída por oposição ao Estado, o primeiro setor, e ao mercado, o segundo. Fernandes (1994:21) afirma que o conceito denota "um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos".

Em 1996, portanto um ano após a sua constituição formal, o Gife dá um importante passo para a consolidação do conceito de terceiro setor no Brasil ao trazer para o país o III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor. Da realização do evento, resultou uma publicação organizada por Ioschpe (1997:I), então diretora da Fundação Ioschpe e presidente do Gife, que no prefácio afirma que as fundações, institutos e empresas associadas ao grupo falam "do ponto de vista do segundo setor, o mercado, designando o conjunto de ações que acontece no interior do terceiro setor — aquele que é público, porém privado". O conceito de terceiro setor tem sido questionado, sofrendo críticas advindas tanto da produção acadêmica, quanto das reflexões de outros atores situados no campo da ação social, como as ONGs mais progressistas. A principal crítica diz respeito ao fato de o conceito representar um esvaziamento político da idéia de sociedade civil (Dagnino, 2004). O meu propósito não é retomar esse debate, mas apenas indicar o acionamento do conceito pelo Gife.

Ainda nesse prefácio, Ioschpe ressalta que em suas edições anteriores, realizadas na Espanha e no México, esse congresso se denominava Encuentro Iberoamericano de Filantropía. Todavia, ao acolher o evento, o Gife mudou a designação. Tal mudança seria fruto do adensamento conceitual que as organizações fundadoras da associação vinham construindo desde 1989, aponta Ioschpe. Ela afirma que filantropia vem do grego e significa amor à humanidade, implicando uma ação altruísta e desprendida. Todavia, ressalta (Ioschpe, 1997:I), no momento de constituição do Gife "a ótica de mercado já não permitia esse desprendimento, exigindo a previsão de retorno do investimento realizado tanto em relação ao beneficiário quanto ao investidor". Assim, as organizações associadas ao Gife demarcaram uma distinção em relação às entidades filantrópicas, que se caracterizariam pela atividade assistencial. Foi acionado então o conceito de investimento social privado, definido como "o uso planejado, monitorado e voluntário de recursos privados — provenientes de pessoas físicas ou jurídicas — em projetos de interesse público" (Gife, 2001:11). Subjacente ao conceito estaria a idéia de que tais organizações desenvolvem ou financiam ações sociais, visando atender preferencialmente à comunidade externa e a partir do uso de ferramentas de gestão, a exemplo de planejamento estratégico e metodologias de monitoramento e avaliação de projetos. A utilização sistemática desses métodos é que distinguiria o investimento social privado da filantropia tradicional (Gife, 2001).

Segundo o levantamento realizado pela própria entidade, desde o início de suas atividades os associados Gife já realizaram 14 mil projetos, seja diretamente, seja através de financiamento a terceiros, especialmente ONGs e organizações comunitárias, ou ainda em parceria com outras organizações. Em 2000 a realização de ações sociais dos membros do Gife representou investimentos de R$ 593 milhões. Corrigida monetariamente, a soma dos investimentos dos sócios do Gife entre 1997 e 2000 supera R$ 1,65 bilhão (Gife, 2001).

Ao afirmar que as associadas ao Gife falam do ponto de vista do segundo setor, Ioschpe deixa claro que as organizações empresariais exercem forte influência na entidade. Isso fica evidente na composição da associação. Ainda segundo o levantamento realizado pelo Gife, em 2000, das 48 organizações associadas, 34 possuíam empresas como mantenedoras ou mesmo como agente direto (Gife, 2001). Os resultados da pesquisa mostram também que tanto nas empresas com atuação social direta, quanto nos institutos e fundações mantidos por empresas, o presidente da corporação empresarial é determinante nas decisões relativas à aplicação dos recursos. Nesses tipos de organização, 52,9% dos representantes entrevistados apontaram a presidência da empresa mantenedora como principal instância de decisão sobre o orçamento, enquanto 17,6% citaram a assembléia geral de acionistas.

Tal orçamento conta com aporte de recursos da própria empresa mantenedora. Respondendo a uma questão do levantamento que admitia múltiplas respostas, 60,5% dos representantes dos institutos e fundações apontaram este repasse como o principal tipo de recurso que dispõem para investimento social. Todavia, percebe-se que outros 88,3% dos recursos estão distribuídos entre receitas geradas internamente pela venda de produtos e serviços, doações de indivíduos, transferências governamentais e isenções fiscais, já que muitas dessas entidades possuem título de utilidade pública, além dos recursos captados junto à cooperação internacional. Vale lembrar ainda que 54,2% das associadas utilizam trabalho voluntário, sendo que 73,10% desses voluntários são funcionários da empresa ou seus familiares.

As associadas ao Gife se reconhecem como pertencentes ao universo formado por organizações sem fins lucrativos. Todavia, há que se relativizar a idéia de que as empresas que atuam na área social e/ou os institutos e fundações empresariais não possuem o lucro como finalidade. Caberia perguntar que lucro elas esperam conseguir ao encampar esses valores solidários. No atual estágio de reprodução da sociedade capitalista, o capital simbólico possui uma importância marcante. Ademais, como diria Bourdieu (1989), ele pode ser reconvertido em capital financeiro. Assim, ao investirem em projetos sociais, as associadas ao Gife estariam construindo uma imagem positiva para as empresas mantenedoras, reforçando o valor da sua marca diante dos consumidores. Transcrevo a seguir passagens do manual do Gife (2002:28-29 e 43-44) que são bem ilustrativas desse aspecto.

> A definição do foco que norteará as ações de investimento social privado de uma organização passa, necessariamente, por uma análise quanto aos desejos e à vocação do investidor vis-à-vis as necessidades da comunidade (...) O processo de definição do foco requer, num primeiro plano, o respeito ao desejo e às expectativas do instituidor da iniciativa, seja ele pessoa física, seja o dirigente de uma empresa. Afinal, trata-se de uma ação eletiva. (...) A etapa seguinte é conciliar o desejo do investidor com as necessidades da comunidade, o que

> pode ser levantado por meio de um diagnóstico. (...) O último passo a ser percorrido diz respeito a harmonizar os valores que regem a atividade comercial da empresa com os valores da ação social que se deseja realizar.
>
> Não saia a público divulgando projetos incipientes e que ainda não apresentam resultados consolidados. Primeiro, crie o projeto, depois implemente, então avalie e, se possível, sistematize, para finalmente difundi-lo. O foco da comunicação deve estar nos resultados e não no investidor. O valor agregado à marca do investidor virá, necessariamente e inevitavelmente, com os bons resultados do projeto social. (...) Se a empresa for a protagonista do investimento social privado (...) empenhe-se em conceber e implementar estratégias de comunicação que não transformem as práticas da empresa em mero ferramental de venda de produtos. Esse tipo de correlação tende a desagradar o consumidor consciente e pôr em risco a credibilidade da política e a atuação social da organização. A atividade principal do investimento social privado não é a geração de riqueza, mas a transformação de uma realidade social.

Apesar de certa ambigüidade, tais passagens não deixam dúvidas. Fica claro na primeira passagem que é a decisão do investidor, portanto da empresa, que possui o maior peso na definição da ação social a ser empreendida. Evidencia-se ainda a necessidade de harmonizar a ação social com o negócio. A segunda passagem revela que as empresas não pretendem silenciar sobre os retornos mercantis das suas práticas sociais. Tudo se passa como se elas devessem dizer que fazem, mas que não fazem questão de dizer que fazem. Fica evidente, portanto, a necessidade de relativizar o discurso de que as empresas não auferem lucros com o investimento social. Uma investigação mais profunda será capaz de desvelar os ganhos simbólicos e mesmo materiais envolvidos nesse processo.

Por essas razões a atuação das empresas no campo da ação social, via investimento social privado realizado por institutos e fundações definidos como organizações do terceiro setor, já despertou algumas críticas. Dois excelentes exemplos nessa direção são fornecidos pela socióloga Maria Célia Paoli e pelo filósofo Paulo Arantes.

A socióloga avalia o que denomina movimento de filantropia empresarial, questionando em que medida possui potencial contra-hegemônico ao modelo social e econômico neoliberal. O argumento central da autora é que a filan-tropia empresarial contribui para o desmonte das políticas sociais regidas por princípios universais dos direitos e da cidadania, transformando o cidadão participativo e sujeito de direitos em mero beneficiário de favores e generosidades da caridade privada. Dessa forma, retira da arena política os conflitos distributivos e a demanda coletiva por cidadania e igualdade. Para ela, a ação social das empresas se move longe do debate público que, conforme aponta a teoria política moderna, deve caracterizar a decisão democrática sobre a

alocação dos recursos materiais e simbólicos de uma sociedade. Paoli (2002) destaca ainda que a prática da filantropia empresarial é marcada por uma aleatoriedade seletiva no tempo e no espaço, intervindo de forma pulverizada no arbítrio das preferências privadas de financiamento. Assim, segundo a socióloga, em que pese ao caráter humanitário e à relevância diante das necessidades e carências da população pobre brasileira, a filantropia empresarial não representa uma alternativa de verdadeira superação das desigualdades sociais, em pouco se diferenciando do velho modo de fazer caridade, daí talvez o fato de ela classificar as práticas das empresas como filantrópicas, a despeito do fato de esses atores rejeitarem essa classificação.

A importância da crítica de Paoli, quando ressalta que a filantropia empresarial contribui para o desmonte das políticas públicas universais, fica ainda mais evidente se confrontarmos suas idéias com os argumentos de um representante do Gife na coletânea de Ioschpe (1997). Quando da publicação do livro, Roberto Paulo César Andrade era presidente da Fundação Brascan e membro do conselho consultivo do Gife. O tom do seu artigo concilia a justificação do desmonte do Estado, com a exaltação da capacidade empreendedora da iniciativa privada. "O Estado, que foi a grande vedete do século, encolhe-se, encabulado ante os desastres que causou. Discute-se qual a sua verdadeira dimensão, mas a preocupação é antes com o mínimo indispensável que com a magnitude necessária ou tolerável", afirma Andrade (1997:75). A fórmula para o século XXI é apresentada por ele na passagem transcrita a seguir (Andrade, 1997:77).

> Estado democrático, de âmbito reduzido ao essencial, que não se enquadra na esfera de ação dos outros dois setores: economia de mercado, globalizada o mais que possível, e um terceiro setor forte, eticamente estruturado, abrangente mediante a participação do maior número possível de cidadãos.

A crítica à ação social empresarial é feita também por Paulo Arantes (2004). Em entrevista (Arantes, 2004b), na qual discute os argumentos desenvolvidos nos ensaios que compõem seu livro, Arantes, apontando um incômodo com o que considera uma hegemonia neoliberal na sociedade brasileira, que teria se estendido da era FHC ao governo Lula, afirmou, em tom irônico, que o social se transformou em uma "nova fronteira de negócios", uma vez que o Estado resume-se ao pagamento da dívida, realizando uma "progressiva terceirização" de suas funções para organizações que funcionam como "máquinas de sucção e repasse de verba". "Não é de hoje", ressalta ele, "que o sopão do terceiro setor é engrossado por patronesses, ao lado de cooperativas de fachada, banqueiros-cidadãos, corretores de inclusão social e por aí afora...".

Impossível não confrontar essa crítica de Arantes com a posição do líder empresarial Roberto Paulo César Andrade. Ele argumenta contra o que considera a ilusão da eficácia do Estado. Adverte que se enganam os que consideram do Estado o dinheiro do contribuinte recolhido por impostos. Trazendo à tona uma crítica lança-

da por um secretário do Tesouro, que acusou um empresário que pleiteava maior renúncia fiscal em favor de obras do terceiro setor de querer fazer caridade com o dinheiro público, Andrade (1997) afirma que o dinheiro do país pertence a seus cidadãos, que o cedem ao governo por consentimento expresso. Todavia, defende ele, este deve ser devolvido ao cidadão sempre que o uso nas mãos dele for mais eficaz do que nas mãos do Estado.

Já Arantes (2000:5), usando uma estratégia narrativa marcada por uma acidez cortante, aponta que

> as empresas (...) principiaram a se comportar em público como se fossem de verdade organizações não lucrativas! No fundo, se ainda distribuem dividendos para seus acionistas, é por mera e incontrolável decorrência técnica de sua maior eficácia no uso de bens escassos. Em primeiro lugar viriam os incontornáveis direitos de cidadania — como seria de se esperar dessas verdadeiras centrais de recursos à disposição da sociedade.

Destaca ainda que as organizações empresariais fazem ação social, desde que "o investimento dito cidadão não seja negativo". Aponta também (Arantes, 2000:6-7), "preenchida essa cláusula do mais corriqueiro cálculo econômico (...) o que conta mesmo num tal retorno cidadão é a sua 'eficácia simbólica', devidamente realçada por um aparato retórico condizente com o atual estágio de reprodução social".

Cabe ainda lembrar alguns números apresentados por Paoli sobre o investimento privado na área social que merecem ser confrontados com aqueles apontados pelo Gife. A partir de dados recolhidos em uma pesquisa na imprensa escrita e em páginas da internet relacionadas à filantropia empresarial, a socióloga destaca que as empresas brasileiras gastam US$ 18 milhões por mês em investimentos sociais, ou seja, US$ 216 milhões anualmente, ao passo que despendem US$ 2,8 bilhões por ano em segurança pessoal e patrimonial de seus executivos. Se observarmos que muitas organizações empresariais ao produzirem seus balanços sociais apontam sob a rubrica "investimento social privado" o que na verdade deveria ser classificado como treinamento de mão-de-obra ou atendimento das exigências legais referentes ao meio ambiente, a expressividade desses números se amplia. Fica evidente, portanto, que a compreensão do novo discurso empresarial sobre a questão social exige uma visão crítica. Passemos agora à segunda associação empresarial voltada para o campo da ação social.

11. Ética e responsabilidade social empresarial: o Instituto Ethos

A criação do Instituto Ethos está estreitamente vinculada a Oded Grajew (1998 e 2004). Portanto, a entidade surge numa linha de descendência direta do PNBE. Em 1982, Oded Grajew, que 10 anos antes havia fundado uma fábrica de brinquedos, a Grow, começou a freqüentar as reuniões do Sindicato da Indústria de Brinquedos e Instrumentos Musicais do Estado de São Paulo, tendo se tornado seu novo presidente. Durante seu mandato, procurou democratizar a gestão da entidade e mudar a relação do sindicato patronal com o sindicato de trabalhadores, realizando uma aproximação entre as partes.

A condição de presidente do sindicato o levou a freqüentar a Fiesp. Ele aponta que naquele momento via na Fiesp uma entidade muito conservadora. Talvez por essa razão, tenha optado por construir uma trajetória alternativa, criando associações representativas que estivessem desvinculadas da estrutura corporativa. Em 1986 surge então a Abrinq, que contou também com o envolvimento de Emerson Kapaz e de outras lideranças. Em 1990 é promulgado no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente, fruto da pressão da sociedade civil que já se iniciara durante os trabalhos da Constituinte, em 1988. Nesse mesmo ano, a Abrinq decide criar a Fundação Abrinq. A entidade visa promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania da criança e do adolescente, pela realização de diversos projetos e programas sociais, entre os quais o Empresa Amiga da Criança, que concede um selo social à organização que se compromete a não utilizar o trabalho infantil no seu processo produtivo.

Desde 1987 Grajew havia se envolvido no movimento de criação do PNBE, que culminaria com a formalização de uma nova entidade também no ano de 1990. Essa nova associação pretendia conscientizar politicamente o empresariado, difundindo valores que levassem à conduta socialmente responsável e ao exercício da cidadania. Naquele momento, a conduta socialmente responsável e o exercício da cidadania estavam relacionados à adoção de procedimentos democráticos e à participação em negociações visando à construção de pactos sociais e do entendimento nacional. Portanto, durante a primeira metade dos anos 1990, Grajew já vinha desenhando uma trajetória de militância no campo da ação social a partir do engajamento no PNBE e na Fundação Abrinq, que, aliás, por financiar projetos sociais com impacto na comunidade, teve uma participação destacada na criação do Gife em 1995.

No ano de 1997, ele se dedicou a mapear as experiências de envolvimento do empresariado com a questão social na Europa e nos EUA. Descobriu então que no país norte-americano já existia, há cinco anos, uma entidade que disseminava a prática da responsabilidade social no universo das empresas. A Business for Social Responsability congregava naquele instante 1.500 empresas. De volta ao Brasil ele decidiu então se engajar no movimento pela responsabilidade social, conversando com alguns empresários e criando uma nova organização, o Instituto Ethos, cujo objetivo seria mobilizar as empresas para a adoção de práticas socialmente responsáveis.

Ao surgir no campo da ação social como uma segunda entidade que representava os empresários, uma vez que o Gife já havia se posicionado nesse campo, o Ethos precisaria encontrar um outro posicionamento. O conceito de responsabilidade social empresarial funcionou como marca distintiva do discurso da entidade. Grajew destaca que, no momento em que o Instituto Ethos nascia, a idéia de responsabilidade social empresarial não existia no Brasil. Havia sim investimento social, filantropia, projeto social, enfim conceitos ligados à ação social da empresa na comunidade. Para ele, responsabilidade social estaria em outro patamar, uma vez que englobaria todas as ações da empresa. O Ethos se colocou como objetivo, então, disseminar a idéia de responsabilidade social empresarial, pela divulgação de conceitos e práticas, incentivando assim as empresas filiadas e demais organizações empresariais do país a adotar condutas socialmente responsáveis em todas as suas atividades gerenciais, isto é, nas relações com os acionistas, com os fornecedores, com os funcionários, com os sindicatos, com os clientes, com o governo, com a comunidade e com o meio ambiente. O desenvolvimento das atividades da entidade está focado em três públicos preferenciais: as empresas, a imprensa e o meio acadêmico. Hoje, o instituto congrega cerca de 800 empresas associadas, que, juntas, respondem por 30% do PIB brasileiro.

Quase inexiste no Brasil literatura em ciências sociais abordando a questão da responsabilidade social empresarial. Os títulos disponíveis sobre o assunto caracterizam-se mais por serem manuais ou textos de difusão de novas práticas empresariais, do que reflexões analíticas e críticas.

Como o conceito de terceiro setor, a noção de responsabilidade social empresarial provém dos EUA. Ainda que tenha ganhado visibilidade apenas nos últimos anos, a origem do termo remonta a 1950, com Howard Bowen. Ao definir responsabilidade social, o autor norte-americano destaca que a adoção de orientações gerais, a tomada de decisões e a definição de linhas de ação do homem de negócios deveriam ser compatíveis com os fins e valores da sociedade (Bowen, 1957).

Escrevendo em um contexto sócio-histórico ainda marcado pela oposição entre capitalismo e socialismo como distintas formas de organização social, Bowen empreendia um esforço no sentido de legitimar a livre-iniciativa. Ele advogava a necessidade de conjunção do desejo individual do lucro com princípios éticos e morais, ressaltando que o sistema capitalista possuía a função de proporcionar o benefício de todos. Sua posição se distanciava daquela desenvolvida pelo ideólogo do neoliberalismo Milton Friedman, para quem a responsabilidade da empresa estaria restrita à criação de empregos, ao pagamento de impostos e à geração de lucro, aumentando o retorno do capital para os acionistas. As ações sociais deveriam ser desenvolvidas por outras instituições, a exemplo da Igreja e do Estado.

Algumas décadas mais tarde, surgiria nos EUA o Business for Social Responsability (BSR). Seu presidente, Robert Dunn, escrevendo em um momento posterior à

crise do chamado campo socialista e ao declínio do socialismo real, pôde preocupar-se menos em justificar o sistema capitalista, apontando em sua argumentação caminhos para que as empresas aumentassem a sua lucratividade. O BSR entende a responsabilidade social como a adoção por parte da empresa de condutas éticas no conjunto de relações que estabelece com os seus *stakeholders*. Dunn (1998) adverte que a responsabilidade social é tão importante para a sustentabilidade do negócio, quanto a qualidade dos produtos, a tecnologia ou a capacidade de inovação. Quando a empresa adota práticas socialmente responsáveis, segundo ele, amplia a sua reputação, fortalece sua marca, atrai os consumidores, alarga o potencial de vendas e gera mais lucros para os acionistas.

Essa estratégia discursiva de convencer o empresariado usando o argumento da sobrevivência do negócio e o aumento da competitividade foi adotada por Grajew e pelo Instituto Ethos. Ele havia percebido a força desse argumento durante o mapeamento que fez nos EUA e em países da Europa. Constatara que nessas sociedades há uma pressão cada vez maior de consumidores e organizações não-governamentais sobre as empresas. Uma pressão para que elas adotem condutas éticas em relação ao meio ambiente, à utilização da mão-de-obra escrava ou do trabalho infantil, entre outras questões sociais. As empresas que possuíam problemas dessa natureza sofriam boicotes de consumidores, de sindicatos, da sociedade civil organizada, observara ele. Melhorar o nível de responsabilidade acabou então se tornando fator de sucesso empresarial, contribuindo para o resultado financeiro. Grajew procurou então distanciar-se de uma postura "romântica". Ele admite que não é o valor de solidariedade que está entranhado no empresário. A prática da responsabilidade social seria, do seu ponto de vista, uma conquista da sociedade civil. As empresas estão sendo obrigadas a se adaptar, tendo de assumir condutas éticas.

Uma argumentação diferente é desenvolvida por Cheibub e Locke (2002), a cujas idéias aludimos na introdução deste artigo. Os autores partem da compreensão de que a idéia de responsabilidade social empresarial, suas características fundamentais, sua operacionalização e suas conseqüências para o mundo real ainda são objeto de disputa. Tanto na literatura, quanto no movimento pela responsabilidade social das empresas coexistem diversas definições, justificativas e metodologias de ação.

Ao entrar no debate, eles advogam que a discussão sobre responsabilidade social empresarial tem que avançar em relação às responsabilidades que são exigidas das empresas por força da lei. Não faz sentido, alertam, tomar como prática de responsabilidade social o cumprimento da legislação tributária, fiscal, trabalhista ou ambiental.

Para os autores, há uma tendência na literatura, sobretudo na discussão brasileira, a privilegiar a filantropia e o idealismo ético, ressaltando-se a dimensão valorativa da responsabilidade social empresarial. Dessa perspectiva, argumenta-se que a empresa tem obrigações morais com a sociedade, devendo assumir um papel mais

ativo na resolução dos problemas sociais, já que são atores que detêm muitos recursos. A essa perspectiva, os autores acrescentam o que consideram uma visão progressista, segundo a qual é do interesse da empresa a realização de ações sociais, uma vez que tais práticas trazem benefícios para sua imagem, melhorando sua posição no mercado consumidor, bem como no mercado de trabalho. Percebe-se a responsabilidade social empresarial como um importante instrumento gerencial ao qual as empresas devem recorrer, dada a competitividade crescente do mundo dos negócios. Tal abordagem representa a essência do discurso do Instituto Ethos.

Cheibub e Locke ressaltam que há um problema de base nesses argumentos. Eles se concentram na determinação das razões, dos benefícios e das conseqüências da responsabilidade social empresarial. Haveria então a assunção, de forma quase irrefletida, que todos os demais atores sociais ganham com a adoção de práticas de responsabilidade social pelas empresas. Esse é um ponto crítico do estado-da-arte do debate, apontam eles. A assunção de que a responsabilidade social empresarial gera um ganho líquido e certo para a sociedade decorre, da perspectiva dos autores, da ausência de considerações sobre a dimensão pública e política dessas ações.

Os autores desenvolvem então um argumento que se aproxima da crítica empreendida por Paoli em relação à filantropia empresarial. Cabe perguntar, advertem eles, se e como a responsabilidade social das empresas contribui ou não para que todos os cidadãos tenham acesso aos direitos universais publicamente aceitos pela sociedade na sua organização político-legal e garantidos pelo Estado. Demandar que as empresas assumam responsabilidades sociais porque têm maiores recursos que os demais atores sociais para assumi-las acarreta um grande risco, apontam. Haveria um fortalecimento das corporações, na medida em que, além de unidades de produção econômica, passariam a ser vistas como promotoras de bem-estar social. Em contrapartida, o poder e a autonomia dos outros atores seriam diminuídos. Como corolário, teríamos um esvaziamento da esfera pública e uma fragilização da própria noção de direitos de cidadania como direitos públicos, cuja garantia é obrigação de toda a sociedade e não de determinados atores. Assim, mesmo que as ações de responsabilidade social empresarial sejam plenas de boas intenções, elas não têm necessariamente as melhores conseqüências, advertem.

Cheibub e Locke destacam que não defendem que bens de cidadania têm que ser providos, distribuídos ou fornecidos direta e unicamente pelo Estado. Eles podem chegar aos cidadãos com a intermediação de ou provisão por agentes privados, mas o Estado tem que garantir que alcancem a todos. Esta é a sua função. Outros atores podem colaborar, e é bom que o façam, mas não devem minar o papel do Estado nessa questão.

Se a garantia dos direitos sociais é responsabilidade do Estado, os cientistas políticos, desenvolvendo um raciocínio normativo, afirmam que não há base moral e política para que as empresas assumam responsabilidades sociais, pensadas como

ações que excedem as exigências legais. Não há um fundamento moral para se exigir que as organizações empresariais desenvolvam práticas dessa natureza, já que também não se cobra a concretização dessas ações por parte de outros grupos sociais. A responsabilidade social é vista então, não como uma questão moral, mas sim como uma questão de interesse econômico das empresas.

Seguindo essa estratégia argumentativa, eles consideram analiticamente supérfluo inquirir sobre os motivos que levam as empresas a assumir determinadas responsabilidades sociais. A questão: valores ou interesses?, qual o determinante da responsabilidade social empresarial? é, para eles, "política e moralmente irrelevante, além de mal formulada" (Cheibub e Locke, 2002:285). Todavia, ao lançar essa indagação no título do trabalho, assumem essa antinomia como ponto de partida da reflexão, para em seguida se posicionar do lado de um dos termos desse par de oposições. Afirmam (Cheibub e Locke, 2002:285): "As empresas podem e/ou devem ter responsabilidades sociais apenas se for de seu interesse, do interesse de seu negócio e trouxer benefícios para sua atividade, sua posição no mercado etc.".

Defendo neste artigo a necessidade de se escapar dessa visão dicotômica. Parece mais produtivo para o avanço da reflexão analisar a aproximação do empresariado com a questão social a partir da conjunção entre valores *e* interesses. Estou pensando aqui na noção de interesse tal como é trabalhada por Bourdieu.

Bourdieu (1996:137) pergunta: "Por que é importante questionar o interesse que os agentes podem ter em fazer o que fazem?". Na sua resposta, ele afirma que tal importância reside no fato de os agentes não realizarem atos gratuitos, havendo razões que presidem suas práticas. Todavia, destaca o sociólogo francês, a busca da razão de ser das condutas não pode se resumir à procura de fins econômicos para explicá-las. Isto porque as razões se relacionam a distintos interesses.

Para Bourdieu (1996), interesse está relacionado com o ato de atribuir importância a um jogo social, investir nos alvos que estão em disputa no seu interior. É perceber que o que se passa no jogo é importante para os que nele estão envolvidos. Assim, a noção de interesse se opõe tanto à de desinteresse, quanto à de indiferença.

A idéia de interesse na sociologia de Bourdieu é mais bem compreendida quando relacionada com a sua teoria dos campos. Em Bourdieu (1983 e 1989), campo é um espaço social de relações objetivas, um mundo regido por leis e códigos próprios. Constituído por diversos atores, portadores de diferentes motivações, disposições e interesses, possuidores de distintos capitais econômicos, sociais e simbólicos, o campo é um lugar de dominação e de conflitos. Os agentes que dele fazem parte entram em disputa para adquirir e demarcar posições privilegiadas. Por essa razão, é necessário analisar a posição de cada ator em relação à posição de todos os outros presentes no campo.

Todo campo, seja o político, o jurídico, o científico, o artístico, ou qualquer outro, ao se produzir, cria uma forma de interesse que, do ponto de vista de outro

campo, pode parecer desinteresse, ou mesmo falta de realismo, absurdo. Ele destaca (1996:148): "O que faz com que as pessoas corram e concorram no campo científico não é a mesma coisa que faz com que elas corram e concorram no campo econômico".

Acreditar que o princípio da ação é a compreensão clara do interesse econômico e que seu objetivo é o lucro material conscientemente buscado por meio do cálculo racional é cair no economicismo e simplificar a complexidade dos mundos sociais. Seria considerar que a lógica de funcionamento de um campo específico, o campo econômico, vale para todos os campos, quando na verdade sabemos que o processo de diferenciação progressiva por que passaram as sociedades complexas criou universos sociais, como a religião, as artes e a ciência, portadores de certa autonomia, de lógicas próprias e de formas específicas de interesse, adverte Bourdieu (1996).

Ao recuperar essas reflexões de Bourdieu sobre as noções de interesse e de campo, estou procurando lançar algumas pistas para a interpretação do interesse que as elites empresariais começaram a demonstrar pela questão social. A minha hipótese inicial de trabalho é que o contexto sócio-histórico que emerge no Brasil a partir de meados dos anos 1980 oferece elementos para a compreensão desse interesse. A partir desse momento, verificou-se no país o amadurecimento da sociedade civil, com a emergência e/ou o fortalecimento dos movimentos sociais, expressos no chamado novo sindicalismo, nas associações de bairros, nos grupos ambientalistas, nas organizações de defesa dos direitos das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos portadores de necessidades especiais etc. O empresariado percebeu que seria impossível virar as costas para a complexidade social que a democratização trazia. O diálogo que já vinha exercitando com os sindicatos deveria ser ampliado, abarcando outros sujeitos sociais.

Todavia, o final dos mesmos anos 1980, com a eleição de Fernando Collor à presidência da República, em 1989, marcou a adesão do país aos programas de ajuste estrutural empreendidos sob a égide do neoliberalismo e voltados para a estabilidade monetária e a redução do déficit fiscal (Dagnino, 2002; Sader, 2003). No que se refere às políticas sociais, tais ajustes ocasionaram uma redução dos gastos públicos com bem-estar (Carvalho, 2002; Paoli, 2002; Sader, 2003).

Uma parcela das elites empresariais verificou aí ao mesmo tempo um desafio e uma oportunidade. O desafio se expressaria pelo risco que significaria ignorar os novos atores que lutavam por uma sociedade mais justa e democrática. A oportunidade se manifestaria da seguinte forma: a redução da atuação do Estado no campo da ação social abriria a possibilidade para as empresas prestarem serviços dessa natureza, o que poderia resultar em ganhos materiais e simbólicos.

Sugiro que ao se aproximarem do campo da ação social, as empresas foram percebendo aquilo que Bourdieu (1996:154) já advertira ao falar do campo artístico

e do campo científico: “em certos universos é melhor aparecer como desinteressado, do que como interesseiro, como generoso, altruísta, do que como egoísta”. Porque, como bem destaca o sociólogo, existem campos nos quais a busca do lucro estritamente econômico pode ser desencorajada por normas implícitas ou por injunções tácitas.

Ora, a lógica que estrutura o campo da ação social no Brasil esteve historicamente marcada pelo pensamento católico. Eram privilegiados valores como compaixão, altruísmo e solidariedade para com os mais pobres. Mais recentemente, a partir do final dos anos 1960, com a trajetória dos centros de promoção social que culminariam com a consolidação das ONGs (Landim, 1998 e 2002; Jaime, 2004), houve uma maior politização do campo, que, sem descartar totalmente a base cristã, passou a incorporar novos valores relacionados à cidadania e justiça social. Assim, o empresariado, ao buscar uma inserção nesse espaço, passou a assumir, ao menos no plano do discurso, tais valores. Começou então a ressaltar que o desempenho da função social da empresa passava pelo engajamento na resolução dos problemas que afetavam o país.

Todavia, como tão bem adverte Bourdieu, os universos sociais nos quais o desinteresse é o valor fundamental não são inteiramente regidos pelo desinteresse. Ele ressalta (1996:152): “Por trás da aparência piedosa e virtuosa do desinteresse, há interesses sutis, camuflados”. É nesse sentido que proponho a articulação entre valores *e* interesses para pensar a aproximação do empresariado brasileiro com o campo da ação social desde os anos 1990. A reconstrução da trajetória das elites empresariais, empreendida nas seções anteriores deste artigo, nos mostra que o pragmatismo tem sido a tônica das diferentes posições assumidas por esse grupo ao longo da nossa história. Para defender os seus interesses, os empresários foram capazes de assumir os valores da livre-iniciativa ou apoiar o Estado autoritário. Partindo dessa constatação, pretendo avançar minha pesquisa, aprofundando a reflexão sobre a hipótese inicial de trabalho, qual seja: no novo contexto histórico que se forma no Brasil desde meados dos anos 1980, os valores da solidariedade passam a interessar ao empresariado. Tal hipótese se inspira em uma advertência já lançada por Cappelin e colaboradores (2002:258) que, ao analisarem a abordagem da problemática da responsabilidade social empresarial feita pelas organizações representativas dos empresários, afirmaram que “uma entidade de representação empresarial de sucesso é aquela que sabe sintonizar-se com o seu entorno, harmonizando sua fisionomia com as variações que este lhe solicita ou sabendo agir como uma ‘caixa de ressonância’ para ações capazes de plasmar o próprio ambiente”.

12. Considerações finais

Desde o seu surgimento no Brasil a partir dos anos 1990, a literatura sobre as relações entre o empresariado e a questão social esteve fortemente marcada por textos desprovidos de vigor crítico. Privilegiou-se uma mera apresentação das "boas práticas", quando não se assumiu um discurso flagrantemente apologético.

Entretanto, na virada do século o exame mais acurado começou a aparecer. As análises empreendidas por Cheibub e Locke (2002), Paoli (2002) e Arantes (2004a) representam diferentes miradas críticas sobre esse fenômeno. Malgrado os distintos pontos de vista e a heterogeneidade que marca as suas contribuições, todos eles empreendem as suas reflexões a partir de um recorte sincrônico.

Neste artigo, a partir de uma perspectiva diacrônica, desenvolvi uma primeira aproximação sobre essa discussão. Ao remontar à trajetória do empresariado brasileiro, busquei fornecer algumas pistas que permitam a interpretação de um novo associativismo empresarial que surge no país a partir dos anos 1990.

Meu esforço está apenas se iniciando. Este artigo é parte de uma reflexão mais ampla sobre as relações entre o Estado, as ONGs e ação social das empresas no Brasil. Pretendo nessa pesquisa analisar tais relações mediante recurso a um marco conceitual cuja principal contribuição será buscada na produção teórica de Bourdieu, o que significa que elas serão pensadas como estruturadas dentro do que venho denominando campo da ação social, do qual participam também as igrejas, os sindicatos, os movimentos sociais e outras representações da sociedade civil.

Todavia, para proceder a esta análise, será preciso ultrapassar a dicotomia entre as análises sincrônica e diacrônica. Buscarei partir da proposta expressa por Ruben (1995), que defende a articulação da reconstrução histórica com a metodologia etnográfica no estudo dos empresários, para fornecer uma contribuição à compreensão dessas complexas e ainda mal conhecidas relações.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Roberto Paulo. Considerações de fim de século. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). *3º setor*: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ARANTES, Paulo E. Esquerda e direita no espelho das ONGs. *Cadernos Abong*, n. 27, 2000.

———. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004a.

———. Apocalípticos e integrados (depoimento). *Folha de S. Paulo*, 18 jul. 2004b, p. A 12-13.

BOSCHI, Renato. *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: ———. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

———. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

———. É possível um ato desinteressado?. In: ———. *Razões práticas*. Campinas: Papirus, 1996.

BOWEN, Howard. *Responsabilidades sociais do homem de negócios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

CAPPELLIN, Paola et al. As organizações empresariais brasileiras e a responsabilidade social. In: KIRSCHNER, Ana Maria et al. (Orgs.). *Empresas, empresários e globalização*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Faperj, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil:* o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHEIBUB, Zairo; LOCKE, Richard. Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas. In: KIRSCHNER, Ana Maria et al. (Orgs.). *Empresas, empresários e globalização*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Faperj, 2002.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: ———. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

———. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil*: 1930/1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

———. O empresariado e o momento político: entre a nostalgia do passado e o temor do futuro. In: ———. *Ciências sociais hoje*. São Paulo: Cortez, 1986.

———. Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 20, 1992.

———. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-1985. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio (Orgs.). *21 anos de regime militar:* balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

———; BOSCHI, Renato. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

———; ———. Autonomia e dependência na representação dos interesses industriais. *Dados*, n. 22, 1979.

———; ———. Lideranças empresariais e problemas da estratégia liberal no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 23, 1993.

———; ———. *Empresários, interesses e mercado*. Dilemas do desenvolvimento no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, Iuperj, 2004.

DUNN, Robert. Quer uma vantagem competitiva? *Exame*, São Paulo, ano 32, n. 18, 1998.

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público*: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GIFE. *Investimento social privado no Brasil*: perfil e catálogo dos associados Gife. São Paulo: Gife, 2001.

———. *Guia Gife sobre investimento social privado* — como iniciar um programa de ação social na sua empresa. São Paulo: Gife, 2002.

GOMES, Eduardo; GUIMARÃES, Fabrícia. Empresários, o Brasil em reformas e o corporativismo em transição: um estudo sobre o PNBE — Pensamento Nacional das Bases Empresariais. In: KIRSCHNER, Ana Maria; GOMES, Eduardo (Orgs.). *Empresa, empresários e sociedade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

GRAJEW, Oded. A revolução dos patrões. Entrevista explosiva. *Caros Amigos*, v. 2, n. 15, São Paulo, 1998.

———. O homem que é uma lição de cidadania. Entrevista. *Brasil Responsável*, v. 1, n. 1, São Paulo, 2004.

GROS, Denise. Liberalismo, empresariado e ação política na Nova República. In: DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato (Orgs.). *Empresários e modernização econômica*: Brasil anos 90. Florianópolis: EDUFSC, 1990.

IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). Prefácio. In: ———. *3º setor:* desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JAIME, Pedro. Da construção à crise de identidade das ONGs. Notas para uma pesquisa etnográfica. *Idéias*, v. 11, edição especial. Campinas, 2004.

MARTINS, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia*: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RUBEN, Guilhermo. Empresários e globalização: prolegômenos de uma metodologia antropológica de compreensão e ação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 10, 1995.

SADER, Emir. *A vingança da história*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SALOMON, Lester. A emergência do terceiro setor: uma revolução associativa global. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 33, n. 1, 1998.